

PROCESSOS REGRESSIVOS DO TRABALHO NA CHINA

Renildo Souza (UFBA)

RESUMO AMPLIADO: Este artigo busca examinar a trajetória das transformações nas instituições do trabalho na China. As profundas reformas econômicas e políticas dos últimos trinta anos levaram à desregulação do trabalho, suprimindo a sua alocação pela planificação central da economia. Nesse processo, a modernização da estrutura produtiva e o rápido crescimento econômico mostraram-se compatíveis com a lógica do capital, mas coexistem com condições de trabalho adversas e crescente informalidade da mão de obra. Não obstante, o papel e o controle do Estado chinês, em termos de política econômica, verifica-se que o setor empresarial privado tem autonomia e poder para determinar a alocação do trabalho, as condições do emprego e desemprego e para exercer o controle sobre a gestão do trabalho. O regime de emprego permanente foi substituído pelo trabalho sob contrato. Além disso, há abusos constantes como falta de pagamento de salários e condições de insegurança no trabalho. A criação do mercado de trabalho e o desmonte da seguridade social da economia planificada são os resultados da mudança global do sistema econômico e social na China para o capitalismo.

Uma mudança-chave na China ocorreu na reforma da regulação estatal do trabalho. Trata-se da nova forma, tipicamente liberal, de que se reveste, agora, o mercado de trabalho, não obstante as circunstâncias políticas peculiares do Estado chinês. Como se sabe, esse mercado é uma instituição fundamental no capitalismo. É assim que se materializa o caráter de mercadoria da força de trabalho, a despeito de sua natureza especial. No atual período das reformas do Estado e da dominação do capital na China, as mudanças relativamente às relações sociais de produção tornaram-se

fundamentais. Há transformações cruciais na propriedade e nas classes sociais. Era preciso adaptar a organização e a gestão do processo de trabalho ao controle capitalista. Era preciso contar com uma força de trabalho disciplinada, submetida diretamente à hierarquia patronal burguesa.

A autonomia da direção das empresas estatais, na fase inicial das reformas chinesas, reafirmando a divisão do trabalho, seria um ensaio, uma lição de casa, preparando as futuras mudanças na propriedade das empresas, para entronizar o controle capitalista sobre o trabalho e o produto. As práticas de *incentivos monetários*, nos moldes capitalistas, substituíram os passados apelos ideológicos socialistas. Embora universalmente tão divulgados e lembrados, os *incentivos monetários* são uma expressão demasiadamente enganosa, como atestam, na realidade, os miseráveis salários pagos aos trabalhadores chineses. Os bônus, as gratificações e os salários por produção foram adotados, desde 1979, nas empresas estatais da China. Implementaram-se fórmulas de intensificação da jornada do trabalho. O problema do desemprego tornou-se aceitável, normal.

As reformas liberalizantes nas relações trabalhistas criaram certas características de exploração dos trabalhadores chineses, como se guardassem alguma semelhança com outros processos de desenvolvimento capitalista, a exemplo da Revolução Industrial inglesa. O neoliberalismo no mundo e a queda do socialismo real na União Soviética favoreceram, sobretudo na década de 1990, o apelo a velhas e novas torpezas contra os trabalhadores, retomando a importância da extração da mais-valia absoluta na China, embora a economia chinesa esteja submetida a um novo tipo de modernização econômica, nas quase três últimas décadas.

Palavras-chave: mercado de trabalho, seguridade social, capital, Estado.